



# Estados autoritários e totalitários e suas representações

Coordenação

Luís Reis Torgal  
Heloísa Paulo

Coimbra • 2008

**A VERDADE AUTORITÁRIA**  
**DISCURSO, CENSURA E AUTORITARISMO NO ESTADO NOVO VARGUISTA**

A implantação do Estado Novo no Brasil em 1937, trás consigo o repúdio ao paradigma liberal, onde a trilogia, liberdade, igualdade e fraternidade representam o tripé de um paradigma falido. O autoritarismo emerge como cânone mais caro deste novo paradigma, tendo à frente as figuras de Vargas e seus correligionários. Em Recife, o interventor Agamenom Magalhães, vai instrumentalizar a imprensa na construção de um discurso que utiliza de forma maniqueísta, os conceitos de ordem e desordem<sup>1</sup>. Uma “verdade autoritária”<sup>2</sup> é instaurada, onde a imagem do “outro” aponta para os “malditos” ou “inimigos da pátria”. Esta produção de discurso constrói sentidos de complôs internacionais<sup>3</sup>, onde grupos diversos, sejam judeus, comunistas, japoneses, estariam tramando contra o Estado.

O objetivo deste ensaio é desconstruir esta produção de discurso, veiculada pela imprensa, procurando perceber os sentidos e significações conferidos a este discurso, em relação à construção de uma verdade autoritária. O *corpus* de textos a serem desconstruídos, se compõe dos jornais Folha da Manhã, porta-voz da interventoria Agamenom Magalhães; A Gazeta, periódico da matriz da Boa Vista, onde se encontrava a elite intelectual e econômica do estado; A Tribuna, porta-voz da Cúria metropolitana de Olinda e Recife; das revistas, Maria, órgão da Congregação Mariana em Pernambuco e Fronteiras, editada pelo laicato católico intelectual do estado. O arquivo pessoal de Agamenom Magalhães, no CPDOC<sup>4</sup>, e o Arquivo da DOPS/PE representam as fontes documentais que dão aporte à pesquisa da imprensa. O corte temporal da pesquisa fica entre 1937 a 1939, período áureo da construção deste discurso de verdade<sup>5</sup>.

A relevância do discurso da imprensa para entender o papel da propaganda no Estado Novo em Pernambuco se expressa na atitude do interventor que abre um

---

<sup>1</sup> BALANDIER, G. *O Poder em Cena*. Brasília:UNB,1985.

<sup>2</sup> ALMEIDA, M. das Graças AA. *A Construção da Verdade Autoritária*. SP:Humanitas, 2001.

<sup>3</sup> GIRARDET, *Mitos e Mitologias Políticas*. SP:Cia das Letras, 1985.

<sup>4</sup> CPDOC-Centro de Pesquisas da História Contemporânea, da Fundação Getúlio Vargas. Botafogo/Rio de Janeiro/Brasil.

<sup>5</sup> FOUCAULT, M. *A Ordem do discurso*. SP:Loyola,1988.

jornal, o Folha da Manhã, duas semanas antes de assumir o cargo, com o objetivo claro de transformá-la em veículo de doutrinação política e legítimo porta-voz do regime. Doutrinar e formar a opinião pública, na “idéia nacionalista e nos princípios da democracia autoritária”, tornou-se meta do novo periódico<sup>6</sup>. Para o interventor “o bem e o mal estão dest’arte polarizados”<sup>7</sup> na imprensa. Apontava ainda que o mentor da propaganda política, deveria ser o Estado, porque, sem ela, não haveria orientação. A correspondência particular do interventor sinaliza para a orientação de que as massas precisavam ser orientadas através de uma intensiva propaganda: “doutrino todos os dias pela imprensa e pelo rádio, na propaganda do Estado Novo e das questões que interessam à economia do Estado”<sup>8</sup>.

Este discurso tem como uma de suas marcas a propaganda do novo regime, calcada na concepção de ordem *versus* a desordem, onde o anti-comunismo e o anti-semitismo, constroem a imagem do que H. Arendt<sup>9</sup> chama de “inimigos objetivos” do regime. Esta produção de discursos, investe no imaginário social<sup>10</sup>, atingindo o medo e os anseios da sociedade pernambucana, deixando um legado até os dias de hoje, na memória coletiva<sup>11</sup>, que aponta estereótipos que envilecem a figura do judeu e do comunista. O anti-comunismo representou a acusação principal na construção do “outro” diabolizado. Daí a associação entre comunistas e judeus situar aquele grupo imigratório, no âmbito do *status* de indesejáveis<sup>12</sup>.

Esta imbricação entre discurso e construção de imaginário social é bem trabalhado por Baczko<sup>13</sup>, quando aponta para a materialização do imaginário na “produção de discursos”, pela qual “as representações colectivas” se expressam na linguagem.

A análise de discurso (AD)<sup>14</sup> vê o discurso como pleno de significados, e percebe sua intrínseca relação entre linguagem/pensamento/mundo. Para Orlandi, a ideologia se materializa no discurso, daí a relevância do analista de discurso ao se debruçar sobre o *corpus* a ser trabalhado, procurar entender: as formas de produção do discurso; o interdiscurso, ou seja, a memória do dito<sup>15</sup> e as formações discursivas FDs. Entende-se aqui por formação discursiva o espaço em “o sujeito pode e deve dizer em uma

---

<sup>6</sup> Carta de Agamenom Magalhães, interventor em Pernambuco, para Luis Vergara, secretário de Getúlio Vargas, Recife, 04.07.1938, In: Pasta AGM, 38.07.04/3 CPDOC/ FGV.

<sup>7</sup> Carta de Agamenon Magalhães, Interventor de Pernambuco, para Luis Vergara, Secretário de Getúlio Vargas, Recife, 04.07.1938, In: Pasta AGM, 38.07.04/3 CPDOC/FGV.

<sup>8</sup> Carta de Agamenon Magalhães, Interventor de Pernambuco, para Getúlio Vargas, Presidente da República. Recife, 20.04.1938, In: Pasta AGM, 38.04.20/4 CPDOC/FGV.

<sup>9</sup> ARENDT, H. *As Origens do Totalitarismo*. SP:Companhia das Letras, 1989.

<sup>10</sup> BAZCKO, B. “Imaginação Social” In: *Enciclopédia Einaudi*. Porto: Casa da Moeda/Imprensa Nacional, 1985, v. 5.

<sup>11</sup> HALBACHW, M. *A Memória Coletiva*. SP:Vértice, 2003.

<sup>12</sup> ALMEIDA, M. G. A. A. *Construindo o mito do imigrante indesejável: o judeu*. Anais do Congresso da CEISAL/Bratislava, Julho de 2004.

<sup>13</sup> BAZCKO, B. “Imaginação Social” In: *Enciclopédia Einaudi*. Porto: Casa da Moeda/Imprensa Nacional, 1985, v. 5, p. 311.

<sup>14</sup> Trabalhar-se-á este discurso, na linha teórica da Análise do Discurso (AD) francesa, que privilegia os sentidos construídos pelo discurso.

<sup>15</sup> ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso*. Campinas:Pontes, 1999.

situação dada, numa conjuntura, de tal forma que, remetendo seu discurso à ideologia, essa formação fará que suas palavras tenham um sentido e não outros possíveis”.<sup>16</sup> Interessa-nos aqui perceber no discurso autoritário o amplo leque de formações discursivas que o compõem.

Tomando como base os vários textos que compõem este *corpus* documental, remetendo estes textos para as várias formações discursivas, identificando assim a fala que estamos analisando, sua construção de sentidos. Desta forma, um texto “passeia” em várias formações discursivas, por representar a construção de vários sentidos neste discurso autoritário.

A produção de discursos da imprensa autoritária em Pernambuco traz consigo<sup>17</sup> a história social dos textos autoritários, sua temporalidade, suas rupturas e continuidades. Ao desconstruirmos este discurso, à luz do interdiscurso<sup>18</sup>, empreendemos a trajetória dos textos que constroem a imagem do “outro” diabolizado, que muda de léxico, onde os sentidos de medo e aversão apontam para a imagem do comunista. Corroborando a relevância do texto como elemento que marca no discurso uma temporalidade, representando uma determinada época, Foucault afirma que

os diferentes textos de que tratamos remetem uns aos outros, se organizam em uma figura única, entram em convergência com instituições e práticas, e carregam significações que podem ser comuns a toda uma época<sup>19</sup>.

A escrita deste discurso autoritário é realizada por um corpo de jornalistas, que representam a elite intelectual e econômica de Pernambuco, católicos praticantes e colaboradores diretos no *staff* político da interventoria Agamenom Magalhães.

## A verdade autoritária no ordenamento urbano

Tendo como interdiscurso a reformulação arquitetônica empreendida por Hitler na Alemanha<sup>20</sup>, a propaganda do novo regime em Pernambuco, se apropria deste discurso e enceta uma campanha pela reconstrução e reordenamento urbano da cidade de Recife, que deve se modernizar e se higienizar, construindo uma imagem de progresso da cidade frente aos turistas que a visitam. O poder transformador e salvador do Estado Novo deveria sanear toda a cidade, mas, enquanto isto não se realizava, um guia turístico editado pela prefeitura direcionava o turista no passeios realizados na cidade. Uma cadeia de limites e possibilidades no “olhar” dos turistas era imposto pelo poder político<sup>21</sup>.

---

<sup>16</sup> ORLANDI, E. (org) *Palavra, Fé, Poder*. Campinas: Pontes, 1987, p. 17.

<sup>17</sup> GUILHAUMOU, J. & MALDIDIER, D. “Efeitos do Arquivo: a análise do discurso no lado da História”, in: ORLANDI, E. (org) *Gestos de Leitura: da história no discurso*. Campinas: UNICAMP, 1997, p. 164.

<sup>18</sup> FOUCAULT, M. *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro, Forense, 1997, p. 140.

<sup>19</sup> *Idem*, p. 137.

<sup>20</sup> CANETTI, Elias. “Hitler por Speer” In. CANETTI, Elias. *A Consciência das Palavras*. SP: Companhia das Letras, 1985.

<sup>21</sup> *Fôlha da Manhã*, Recife, vespertino, 11.03.1938, p. 1.

O controle dos passeios turísticos, proteger alguns pontos da cidade dos olhos atrevidos do turista, era condição necessária no direcionamento daquele olhar, seja do turista nacional e estrangeiro. Assim, no espaço permitido pelas autoridades, o turista deveria entrar em contato apenas com o que expressasse o moderno, o avanço tecnológico. As usinas de açúcar, as indústrias têxteis, alimentícias, de óleo e seus derivados representavam uma trilogia cara ao novo regime: a união em torno do trabalho, o poder de iniciativa “inerente” às novas autoridades, e a crença no Estado Novo. Elaborava-se um turismo de cunho nacionalista e que deveria ser propagado de forma a reforçar o projeto regenerador do Estado Novo, traduzido pelas categorias: trabalho e ordem.

A reificação da categoria trabalho era expressa também na forma de propaganda usada pelas indústrias, em especial pela fábrica de doces, Peixe, na cidade de Pesqueira, que levava celebridades do momento para visitas à fábrica, as quais são amplamente documentadas nos jornais. As imagens das usinas de açúcar eram veiculadas apresentando um ambiente moderno, jamais enfocando a miséria das relações de trabalho da zona da mata em Pernambuco. Neste turismo idílico, apontava-se para a construção de uma ordem que esvaziava quaisquer resquícios de conflitos entre patrões e empregados<sup>22</sup>

Ao direcionar o olhar do turista, a Interventoria se deparou com um outro olhar que tudo capta e registra: o do fotógrafo. Tornou-se comum a prisão de turistas que ousavam fotografar locais proibidos, tidos como ambientes “feios e sem higiene”, registrando o lado da cidade que ainda não fora “regenerado”. As máquinas fotográficas eram apreendidas e quebradas na frente do visitante que ainda era advertido sobre a possibilidade de ficar retido, caso persistisse em fotografar esses “lugares proibidos”. Manuel Lubambo, Secretário da Fazenda de Agamenon Magalhães, reafirmou o papel da polícia, lembrando que a ela cabia ação de “proibir o serviço dos fotografos de rua. O Recife está se tornando a cidade mais feia do mundo nas mãos dos seus novos tiranos”<sup>23</sup>.

Estas ingerências policiais traduziam situações de conflito decorrentes da convivência com dois Recifes: o real e o imaginado. O primeiro deveria ser evitado aos turistas-fotógrafos, enquanto que o oficial deveria emergir reluzente, moderno, perfeito e avassalador. Boris Kossoy<sup>24</sup>, em sua obra *Fotografia e História*, atenta-nos para o papel que a fotografia tem na construção de uma segunda realidade e as possibilidades que esta oferece para a manipulação da imagem. Referindo-se ao papel ideológico dos albuns fotográficos que incluem roteiros turísticos, Kossoy procura demonstrar o quanto estes são direcionados. Têm, na sua essência, o objetivo de direcionar o olhar reproduzido da imagem do “oficial”:

Tais imagens que isoladamente dariam margem a uma leitura determinada, passam, uma vez associadas à linguagem escrita da publicação, a transmitir uma mensagem que pode ser verdadeira no seu conteúdo iconográfico mais que dependendo do seu uso pode tornar-se falsa numa perspectiva global.

---

<sup>22</sup> Folha da Manhã, 22.07.1938 vespertino, p. 8; e 23.07.1938 vespertino, p. 8.

<sup>23</sup> LUBAMBO, Manuel. “A Tirania dos Fotógrafos”. In: *Fôlha da Manhã*, 10.05.1938, vespertino, p. 3.

<sup>24</sup> KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. São Paulo: Ática, 1989.

Ao deliberar a “caça aos fotógrafos”, a Fôlha da Manhã estimulava a população a manter uma atitude de alerta e agressão contra os mesmos. São meras sutilezas expressivas da prática do autoritarismo estadonovista em Pernambuco que, como tantos outros, apresentam-se sob as formas mais inusitadas possíveis. Portanto, o uso da polícia como instrumento de terror e violência assegurava, por sua vez, o cumprimento das normas instituídas. O olhar do turista deveria ser “organizado e domesticado” e, para tanto, a presença da polícia se fazia necessária. Separar a cidade “sã” da cidade “contaminada” e mostrar ao Brasil e ao mundo apenas os cenários positivos passou a ser tarefa da polícia.

Em editorial, “*Advertência Perigosa*”<sup>25</sup>, foi trazido à baila o caso de um turista estrangeiro, preso por delito grave, pelo fato de estar fotografando lugares interditados, ainda não regenerados pelo Estado Novo. Manuel Lubambo, jornalista que assina a matéria, ressalta a liberdade que o estrangeiro tem de ir e vir pelo país como sendo um “privilégio” concedido pelo Estado e inerente à hospitalidade do povo brasileiro<sup>26</sup>.

Esta construção do Brasil imaginado em detrimento do Brasil real através das imagens foi bem trabalhado por Aline Lacerda<sup>27</sup> ao se debruçar no Projeto de um álbum fotográfico pensado por Gustavo Capanema no Estado Novo. Este álbum, chamado a “*Obra Getuliana*” construía através da fotografia uma imagem idealizada dos feitos do governo varguista no Brasil. O álbum era destinado aos países estrangeiros na perspectiva de construir uma imagem de modernidade e progresso<sup>28</sup> no exterior.

## A verdade autoritária e o lazer

A “esquina da Lafayette”: local nocivo à saúde pública

A “esquina da Lafayette”, como ficou conhecido o ponto de encontro de intelectuais do Recife, localizava-se no cruzamento das ruas do Imperador com a Primeiro de Março, próxima às sedes dos principais jornais de Recife: Diário de Pernambuco, Jornal do Comércio, Jornal Pequeno, Diário da Manhã, Jornal do Recife. Representava o quadrilátero da intelectualidade recifense: jornalistas, políticos, professores. Era o próprio caminho das notícias e dos “boatos”. Discutiam-se ali os livros que chegavam da Europa, a política, dizia-se que as conspirações partiam da “esquina da Lafayette”.

---

<sup>25</sup> LUBAMBO, Manuel. “*Advertência Perigosa*”. In: *Fôlha da Manhã*. 19.05.1938, vespertino, p. 3.

<sup>26</sup> HOLLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1973.

<sup>27</sup> LACERDA, Aline. A “*Obra getuliana*” ou como as imagens comemoram o regime. In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro/CPDOC-FGV, vol.7, n.º 14, 1994do CPDOC.

<sup>28</sup> *Fôlha da Manhã*, Recife, vespertino, 07.06.1938, p. 3; sobre as categorias de *modernidade e progresso*, ver o trabalho de R. Ortiz, analisando a presença destas categorias nas transformações de Paris no século XIX. IN ORTIZ, Renato. *Cultura e Modernidade*. São Paulo: Brasiliense, 1991; NEEDELL, Jeffrey. *Belle Époque Tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; ver também BRESCIANI, Stella (org) *Imagens da cidade. Séculos XIX e XX*. São Paulo: Marco Zero/ANPUH/FAFESP, 1994.

Ali estava instalado o Bar Continental, contíguo a uma charutaria e venda de cigarros da Fábrica Lafayette, daí o bar Continental ficar conhecido como “Lafayette”.<sup>29</sup>

Com o Estado Novo, a “esquina da Lafayette” passa a ser vista como espaço “enkistador” de críticas ao novo regime. A Folha da Manhã, investiu contra o “plantão na esquina” da Lafayette, eleito como “local nocivo à saúde pública”. É significativo que, após 1938 a Lafayette deixe de ser um ponto de encontro tão importante. Cremos que isto foi decorrente do controle da Interventoria em coibir encontros que suscitassem discussões políticas que fizessem emergir quaisquer críticas ao regime instaurado.

## Carnaval e ordem

O Estado, ao ampliar seu controle sobre o lazer, passou a conduzir o “novo carnaval” em Pernambuco, que também foi inserido no contexto de ordem, higiene e moral, valores defendidos pelo ideário estadonovista. Desde janeiro de 1935, o Estado já exercia o controle sobre o carnaval, através da Federação Carnavalesca Pernambucana. Com a advento do Estado Novo, esta associação foi “revigorada” sob os auspícios da Secretaria de Segurança, com golilla de ferro e uma série de “recomendações” ordenando a folia. Os decretos emitidos pelo Secretário, Etelvino Lins, são justificados à população como medidas profiláticas visando a um carnaval de acordo com os preceitos da “Higiene Phisica e Moral”. Estas normas garantiam ao Estado controlar e manter a ordem, “sem estragar a festa” carnavalesca. Interessante observar o medo da subversão à ordem, possibilitado pelo carnaval, quando as proibições impingidas por Etelvino Lins, recaíam sobre os motivos de fantasias, uso de máscaras e letra das músicas: nada que pudesse ofender ao Estado. Percebe-se nestas tentativas de controle sobre as festas de Momo de 1938, o medo de que a subversão à ordem, possibilitada pelo carnaval, utilizado pela oposição ao regime fosse revertido contra a nova ordem.<sup>30</sup>

Da música de carnaval emergem dramatizações de valores da sociedade brasileira<sup>31</sup>. Neste sentido, as letras compostas para as músicas do carnaval de 1938 deveriam refletir o momento “libertador” auferido pelo Estado Novo. Esta era a recomendação transmitida pela Fôlha da Manhã e aos carnavalescos compositores. Esta forma de controle, manifestada de forma radical a partir de 1938, tolhia a espontaneidade do povo, uma vez que o carnaval representava e ainda representa uma das manifestações à inversão dos valores.

No carnaval de 1937 a célebre música “Mamãe eu Quero” traduz a ambigüidade da expressão “mamar”, que leva à sua derivada “mamata”. Esta expressão nos conduz à visão de malandragem, da dissociação entre emprego e trabalho. Roberto Da Mata,

---

<sup>29</sup> Sobre as críticas ao “plantão” da Lafayette, ver: *Fôlha da Manhã*, Recife, vespertino, 7.3.1938, p 3; “A Volta dos Boateiros”. In: *Fôlha da Manhã*, Recife, vespertino, 9.6.1938, p. 3.

<sup>30</sup> *Fôlha da Manhã*, Recife, matutino, 20.2.1938, p. 8; a *Fôlha da Manhã* diariamente, na semana que antecede o carnaval, “aconselha” a população acerca do “novo” carnaval pernambucano, “orientando” acerca das músicas, das fantasias e proibindo o uso de máscaras.

<sup>31</sup> DA MATTA, Roberto. *A Conta do Mentiroso: sete ensaios de antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993, p. 61.

ao analisar a expressão simbólica do ato de “mamar”, cantada em forma de marchinha, procurou comentá-la partindo de considerações políticas:

mamar então pode ser visto como metáfora de um sonho nacional, ambíguo, vergonhoso e onipresente na cultura brasileira. Quem pode-se perguntar não gostaria de uma “mamada”, de uma posição no governo, na qual pudesse sossegadamente “mamar”.<sup>32</sup>

Assim, a música do carnaval de fevereiro de 1937, “cantada e brincada” pela sociedade, enaltecia a malandragem, o ócio, especialmente a “mamata” do serviço público. Na criação da nova ordem e do novo homem, esses valores deveriam ser extirpados, evitando-se intermediários entre o governo e o povo; nem padrinhos e nem “mamata”. Esta mensagem dominava as primeiras páginas da Fôlha da manhã, que passou a veicular este tema como uma forma de doutrinação.

O extenso controle sobre a produção musical no Estado Novo e a relação que se estabelece entre Getúlio Vargas e os compositores, cantores e músicos em geral, sob os auspícios do DIP, refletem o papel preponderante e ameaçador que a música – ouvida e cantada – poderia exercer sobre uma sociedade onde a literatura já era reservada a uma elite <sup>33</sup>.

O carnaval de 1938 – três meses após a instauração do autoritarismo estadonovista – demandava do Estado um grande empenho, no sentido de “organizar e ordenar” a festa máxima do recifense, sob a égide da ordem. Após os dias de folia, a Fôlha da Manhã exaltava o sucesso do carnaval pernambucano de 1938, criticando os pessimistas que boatavam no “Café da Lafayette” que o povo não iria às ruas.

### A verdade autoritária e seus tentáculos na imigração

Os anos 30 trazem também a grande crise na Europa que impulsiona a imigração para o Brasil. Associar o imigrante judeu que fogia da Alemanha e do nacional-socialismo, com comunistas, concorria para o impedimento destes imigrantes se estabelecerem em terras brasileiras. Em Pernambuco, este trabalho de envilecimento da imagem do imigrante judeu frente à sociedade era apoiado pela imprensa católica que, recriminando a intervenção dos Estados Unidos para que o Brasil abrisse suas fronteiras à entrada de imigrantes judaicos, alegava que aquele país queria concorrer para a nossa desgraça, pedindo-nos para receber e agasalhar “os detricos raciaes” expulsos da Alemanha pelo nacional-socialismo. A argumentação recaí sobre a problemática de judaísmo *versus* comunismo, sob a alegação de que aquele país havia proibido a imigração de judeus, com o intuito de “sanear o país e evitar agitações sociaes perigosas<sup>34</sup>”.

---

<sup>32</sup> DA MATTA, Roberto. *A Conta do Mentiroso: sete ensaios de antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993 p. 85.

<sup>33</sup> Sobre o tema vide: DA MATTA, Roberto. *A Conta do Mentiroso: sete ensaios de antropologia brasileira*. *ob. cit.*; WISNIK, Jose Miguel. “*Algumas Questões de Música e Política no Brasil*”. In: BOSI, Alfredo. *Cultura Brasileira*. São Paulo: Atica, 1992; SEVERIANO, Jairo. *Getúlio Vargas e a Música Popular*. FGV-Instituto de Documentação, 1983.

<sup>34</sup> *Fôlha da Manhã*, Recife, vespertino, 14.05.1938, p. 1. *Gazeta*, Recife, 04.04.1938 p. 1.

Este tom irônico não foi apenas dado pelo jornal recifense. A crítica à política imigratória adotada contra os judeus foi, em diferentes momentos, tema de capa da Revista **Careta** que, através da caricatura política, trabalhava os temas do momento. Analisando as caricaturas desta revista, Maria Luiza Tucci Carneiro apresenta uma bastante significativa para esta discussão: um grupo de imigrantes judeus estão debaixo de um grande guarda-chuva, representado pelo chapéu do “tio Sam”. O diálogo entre Jacob e Jeca é sugestivo: Jacob “Você não imagina como Tio Sam é camarada. Jeca – Sim, sim, mas o guarda-chuva não é dele<sup>35</sup>”.

As caricaturas apresentadas pela Revista **Careta** tiveram seu papel de alcance também em Pernambuco. Encontramos na correspondência particular de Agamenon Magalhães alusão ao trabalho “patriótico” encetado por aquela revista, que estaria realizando um “alarme diário”, no sentido de conscientizar o leitor sobre os perigos iminentes da imigração. Interessante observar a descrição que é feita por S. Cavalcanti sobre sua reação frente à caricatura “A casa de mãe Joana” [um grupo de imigrantes de vários países tentam passar pela fronteira, liderados pela figura do judeu Jacob, enquanto o “Jeca” olha para o outro lado]:

o sorriso veio-me prontamente aos lábios, mas, logo, o pensamento circunvagou pelos arcanos do cérebro, despertando a imensidão das idéas.

Nesta “viagem” do pensamento de Cavalcanti, é construída a imagem de nossas “fronteiras e praias, vastíssimas e desertas”, emergindo daí o seu medo frente à “facilidade” com que os imigrantes poderiam penetrar no Brasil.

O público leitor de Recife foi alertado em maio de 1938 para a procedência deste imigrante indesejável pelo artigo “Onde Não Há Diferença”. Neste, emergem as figuras do judeu, do integralista e do comunista, como os “inoculadores” dos bacilos que levam à desintegração dos regimes políticos<sup>36</sup>. Retomando sempre a existência do complô, reafirma-se o perigo da imigração judaica, uma vez que “Israel jamais deixa de apunhalar pelas costas o país que o acolhe.

A tônica era a mesma nos artigos que noticiavam os atos nazistas impetrados contra a comunidade judaica na Europa. Os fatos reais eram minimizados, acusavam-se os judeus de manipularem as agências telegráficas e a imprensa, exacerbando aquelas manifestações de anti-semitismo.

Assim, de inseto a animal presta-se a representação simbólica do judeu que ora é serpente, ora lobo, ora verme ou cupim. O apelo às metáforas, facilmente assimiladas pela população, tornou-se uma constante. O jornal apregoava que a Alemanha estaria tentando livrar-se dos “cupins devoradores”. O argumento era sempre o mesmo: os países expulsavam os judeus por representarem uma raça no plano moral.<sup>37</sup>

Este tipo de argumentação, baseada num pretenso poder político dos judeus, repetia-se nos editoriais e reportagens, colaborando para a construção da imagem de uma organização que se infiltrava rastejante, destruindo a nação e se apossando

---

<sup>35</sup> CARNEIRO, M. Luiza Tucci. *O Anti-Semitismo Na Era Vargas – fantasmas de uma geração (1930-1945)* SP: Brasiliense, 1988, p. 445.

<sup>36</sup> MAGALHÃES, Agamenon. “Onde Não Há Diferença”. In: *Fôlha da Manhã*, Recife, matutino, 17.05.1938, p. 3.

<sup>37</sup> MAGALHÃES, Agamenon. *A Nação Vitoriosa*. Recife, vespertino, 16.05.1938, p. 3.

dela. A repetição sistemática, através da linguagem escrita, tornava-se tão persuasiva, que prescindia da imagem iconográfica do animal viscoso que vai armando seus fios, tecendo lentamente um emaranhado, estendendo seus tentáculos que, em forma de cobra, serpente, aranha ou polvo, apontavam para a figura do imigrante judeu.<sup>38</sup>

Para que o Brasil ficasse no mesmo nível destas nações “*previdentes e fortes*”, o jornal incitava a população a ir ao cais do porto de Recife para esperar os navios vindos da Europa e impedir o desembarque de imigrantes judeus no estado. Evoluía-se do nível das idéias para a práxis do ideário racista.<sup>39</sup>

A **Fôlha da Manhã** justificava esta excludência em relação ao imigrante judeu num discurso ambivalente, em que estas atitudes eram explicadas como se não representassem nenhuma renúncia aos sentimentos de solidariedade humana, mas sim, como atitudes de “defesa lógica e natural”. Fazia-se necessário manter a imagem do brasileiro como homem cordial, hospitaleiro e ordeiro<sup>40</sup>.

Ao nível do imaginário social manipulava-se a idéia de que cerca de trezentos mil judeus ter-se-iam se “infiltrado” no Brasil nos últimos tempos. Pregava-se a necessidade urgente de frear os “efeitos nefastos da raça destruidora da humanidade” que, segundo o jornal, já se fazia sentir entre os pernambucanos. Instigava-se a população para agir contra a comunidade judaica em Pernambuco: “preparemo-nos, assim, para a defesa, porque o inimigo já penetrou nos muros das nossas fortificações”. Pernambuco estaria tornando-se uma “vasta synagoga”, além de ser comparado a uma praça de guerra fortificada.<sup>41</sup>

As notícias sobre expulsão de estrangeiros eram veiculadas com grande alarde, não deixando de ser utilizadas para trazer à tona o caráter de falsário, subversivo, traficantes e anti-nacionalista do judeu:

Acionando um vocabulário insultoso e detrator, o jornalista conclui de forma preconceituosa afirmando que a escória da Europa estaria vindo para o Brasil.

## A verdade autoritária e o sagrado

Na construção desta verdade autoritária, um discurso e uma *práxis* violenta se voltam para os grupos espíritas, chamados na imprensa como umbandistas, catimbozeiros, espíritas e xangozeiros. As formas de produção deste discurso trazem em seu bojo o interdiscurso da medicina eugênica em Pernambuco, que através do boletim de Higiene Mental, editado em 1932, já construía a imagem dos espíritas como loucos, insanos e desordeiros<sup>42</sup>. Este discurso tem grande aceitação por parte da classe médica que o reproduz através de ensaios, teses e outros trabalhos acadêmicos. Vários estudos foram realizados e publicados na década de 30 em Recife, através de *Assistência a Piscopatas*

---

<sup>38</sup> *Fôlha da Manhã*, Recife, matutino, 05.12.1937, p. 3.

<sup>39</sup> *Fôlha da Manhã*, vespertino, 22.03.1938, p. 3 e matutino 05.12.1937.

<sup>40</sup> *Fôlha da Manhã*, matutino, 27.11.1937, p. 1.

<sup>41</sup> *Fôlha da Manhã*, vespertino, 22.03.1938, p. 3 e matutino 05.12.1937.

<sup>42</sup> ALMEIDA, M.G.A.A. *Anais do Congresso Ceisal*, abril/ 2007, Bruxelas.

em Pernambuco, destacamos entre outros: Graça Araujo, Os Delírios Episódicos no Hospital de Alienados e Investigações Sobre as religiões no Recife: o “espiritismo”, de Borges Cavalcanti e Dinice Lima.<sup>43</sup>

Esse abraço terrífico entre a polícia e a medicina contra os grupos espíritas se oficializa em 1934, quando a Secretaria de Segurança Pública<sup>44</sup>, encaminhou para a *Assistência a Psicopatas de Pernambuco* os presidentes dos centros espíritas que iam requerer licença para o funcionamento do terreiro. Ali, no hospital, exigia-se a presença dos “mediuns”, os quais eram submetidos a um exame clínico, com o objetivo de se determinar o quociente intelectual e o perfil psicológico. O processo de obtenção desses resultados é claro no discurso médico: “sempre que possível procura-se fazer os mediuns se “manifestarem” e taquigrafam-se as suas palavras”<sup>45</sup>.

A análise de uma tese para concurso público à vaga de médico da *Assistência a Psicopatas de Pernambuco*, em 1934, *Contribuição ao Estudo do Estado Mental dos Mediuns*, defendida por Pedro Cavalcanti,<sup>46</sup> trás luz ao imaginário da classe médica psiquiátrica acerca dos umbandistas. O capítulo “*Mediunidade e Loucura*” merece destaque pelas conclusões apresentadas, ou seja, pela associação dos médiuns com a loucura, ao afirmar que em sua maioria são compostos de débeis mentais, pela conotação de malignidade associada à manifestação da manifestação da religiosidade espírita e pela “cientificidade” das afirmações:

pensamos tendo em vista o que ficou dito até aqui, poder proximar a maioria dos mediuns observdos à debilidade mental e ao automatismo mental. É indispensável repisar os malefícios do espiritismo. A cultura desregrada do subconsciente, nele estimulada, leva, como é sabido, o paciente ao automatismo mental(...) Vemos em nossas observações que a maioria dos mediuns é constituída por debeis mentais. Verificamos também alguns apresentando sintomas de ordem histérica.

Cavalcanti conclui sua tese sugerindo uma intervenção oficial fundamentada num “grande trabalho de profilaxia mental”. Os umbandistas tornam-se, portanto, entre os anos 30 e 40, casos de polícia, para os homens do poder, e de loucura, para a sociedade médica.

Na construção desta verdade autoritária, o Secretário de Segurança Pública, Etelvino Lins, expede uma Portaria em 25 de janeiro de 1938 proibindo o funcionamento dos centros espíritas, baseando-se na Constituição de 1937, que permitia “liberdade de expressão a todos os brasileiros”, mas que “cohibia as práticas viciosas que corrompem e

---

<sup>43</sup> ARAUJO, M. Graça. “Os Delírios Episódicos no Hospital de Alienados”. In: *Arquivo da Assistência a Psicopatas de Pernambuco*, Recife, ano II, n.º 1, abril, 1932; BORGES e LIMA, Cavalcanti e Dinice. “Investigações Sobre as Religiões no Recife: o “espiritismo””. In: *Arquivo da Assistência a Psicopatas de Pernambuco*, Recife, n.º I ano II, abril, 1932.

<sup>44</sup> ALMEIDA, M. G. A.A. “Mémoire, identidade e ordem no varguismo: a DOPS e a construção da imagem do cidadão sob suspeita no Brasil dos anos 30 & 40”. In: Lemos, M. T , Brites e(org) *Brasil, espaço, memória e identidade*. Wársóvia: CESLA, 2001.

<sup>45</sup> CAVALCANTI, Pedro. *Contribuição ao Estado Mental dos Mediuns*. Tese de concurso para o cargo de médico da Assistência a Psicopatas de Pernambuco. Recife: Gráfica Gazeta de Limoeiro, 1934. p. 103.

<sup>46</sup> CAVALCANTI, Pedro. “Mediunidade e Loucura”. In: *Contribuição ao Estudo do Estado Mental dos Mediuns*, ob. cit., p. 10.

degradam as pessoas”. Justificava que era dever das autoridades combater estas práticas, exercendo assim a defesa do Estado e da sociedade<sup>47</sup>.

A perseguição e fechamento dos centros espíritas é realizado com grande demonstração de poder e rituais de humilhação. Ao descreverem sobre os aspectos físicos dos líderes dos centros espíritas, apontava-se o aspecto físico como determinante do caráter: “um typo perfeito de malandro”. Valores preconceituosos serviam de parâmetros de alteridade, segundo os quais o negro era considerado como o “outro”, e sua imagem é edificada como um modelo exemplar de vagabundo<sup>48</sup>.

Este discurso da imprensa fala de um lugar de construção de verdades, onde através da propaganda salvífica do novo regime, os sentidos apontam para a construção de um imaginário coletivo onde este ordenamento construído se volta para as várias esferas da sociedade, extrapolando o plano político, para a ordenação do espaço urbano e das relações com o sagrado. Assim, onde mendigos, ambulantes e umbandistas são apontados como “malditos” e perseguidos pela polícia.

---

<sup>47</sup> “Saneando a Cidade das Práticas Bárbaras Africanas”, in: *A Gazeta*, Recife, 31.1.1938, p. 2.

<sup>48</sup> WIEVIORKA, M. “Diferenças culturais e racismo”, in: Wievorka, M. *Em que Mundo Viveremos?* SP: Perspectiva, 2006.